

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2838/2020-PGJ, DE 1º.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a ser usufruído no dia 7.12.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2871/2020-PGJ, DE 4.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Wilson Canci Junior e Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem os autos das Ações Penais nº 0021982-96.2019.8.12.0001 e 0047027-39.2018.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande, bem como os eventuais recursos deles provenientes e, ainda, participarem das sessões plenárias de julgamento pelo Tribunal do Júri dos referidos processos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2872/2020-PGJ, DE 4.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas funções, realizar audiência de instrução e julgamento, por videoconferência, no dia 9.9.2020, às 14h45min, referente aos autos nº 0810988-75.2016.8.12.0002, em trâmite na 1ª Vara Criminal de Dourados.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2861/2020-PGJ, DE 3.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2795/2020-PGJ, de 27.8.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2020, de forma que, onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------|
| REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA | | | |
| 19 e 20.9.2020 | 1ª PJ de Nova Andradina | Alexandre Rosa Luz | 98478-2042 |

Passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA | | | |
| 19 e 20.9.2020 | 1ª PJ de Nova Andradina | Paulo Leonardo de Faria | 98478-2048 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2862/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 14.4.2018, a ser usufruído no dia 4.9.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2863/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, André Antônio Camargo Lorenzoni, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 8 a 11.9.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Clovis Amauri Smaniotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2864/2020-PGJ, DE 3.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Costa Rica, George Cassio Tiosso Abbud, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul, no período de 8 a 11.9.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2865/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 23 de julho de 2020, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 139, inciso V, e 153, *caput* e § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6 de julho de 2011, c/c o artigo 56 da Lei Estadual nº 3.150, de 22 de dezembro de 2007.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2866/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 7.9.2018, a ser usufruído no dia 4.9.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2867/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 27 e 28.4, 15 e 16.6 e 20.7.2019, a serem usufruídos no período de 31.8 a 4.9.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2869/2020-PGJ, DE 4.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de São Gabriel do Oeste, Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, nos dias 3 e 4.9 e 9.10.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2855/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Ata de Registro de Preços nº 5/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II (Processo PGJ/10/0329/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2856/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Ata de Registro de Preços nº 4/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II (Processo PGJ/10/0329/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2857/2020-PGJ, DE 3.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 110/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Luiz Henrique Garcia Granja, Assessor Técnico em Redes; 3.1) Suplente – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes (Processo PGJ/10/2301/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2858/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes (Processo PGJ/10/3707/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2859/2020-PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Ata de Registro de Preços nº 9/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes (Processo PGJ/10/3707/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2868/2020-PGJ, DE 3.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Fernanda dos Santos Fontes para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 7ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, decorrente da exoneração de Alessandra da Costa Cordeiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2607/2020-PGJ, DE 29.7.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Andre Luiz Correa de Melo, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 76ª Promotoria de Justiça, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na Secretaria de Gestão de Pessoas.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2831/2020-PGJ, DE 1º.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Comissão Permanente de Licitação e pela Coordenadoria de Licitações, no dia 8.9.2020, em razão de licença por doação de sangue, no período de 9 a 18.9.2020, em razão de férias, e no período de 21 a 24.9.2020, em razão de abono por doação de sangue do titular, Emervel Carmona Gomes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2850/2020-PGJ, DE 2.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 17, inciso III, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 24.8.2020, a Portaria nº 1699/2020-PGJ, de 12.5.2020, que concedeu à servidora Cenir Teodoro Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Engenharia Ambiental, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 50/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000416-9 (Sigiloso)** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000737-7 (Sigiloso)** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande. **3) Inquérito Civil nº 06.2016.00001136-0** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar possível lesão ao erário, em decorrência da negociação de área pública entre o município de Dourados e a empresa Hannah Engenharia e Construção Ltda, que está sendo promovida através do Procedimento Administrativo nº 30.687/2013. **Advogada: Renata Toller Conde, OAB/MS nº 14.240-B.** **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000521-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerentes: Ministério Público Estadual e Jonas Orlando Rotilli - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no pagamento de diárias a vereadores do município de Rio Negro no ano de 2017. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000975-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Daniel Evaristo dos Santos - Requerido: Município de Rio Verde - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, consistente em processo erosivo ("voçoroca"), decorrente, em tese, da deficiência do sistema de drenagem de águas pluviais do bairro Paraíso Cacerense e de suas imediações. **Advogados: Renato José Cury, OAB/SP nº 154.351 e Andrea Pereira, OAB/SP nº 325.172 (INGLEZ, WERNECK, RAMOS, CURY, FRANÇOLIN, Advogados).** **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001454-2 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002589-4 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó. **Advogados: Eduardo Celestino de Arruda Júnior, OAB/MS nº 12.203, Hélio Figueiredo Giugni de Oliveira, OAB/MS nº 13.958 e Leonardo Nicaretta, OAB/MS nº 13.106.** **8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000418-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estabelecimento comercial "Restaurante Paladar".- Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental consistente na contaminação do córrego das Lavadeiras em razão de despejo direto de esgoto doméstico proveniente da Rua Ricardo Francisco de Oliveira, em Deodápolis/MS. **9) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001075-0** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Associação Beneficente de Campo Grande, Yama Albuquerque Higa e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade na prestação de serviços por parte de Yama Albuquerque Higa ao município de Campo Grande e à Santa Casa de Campo Grande. **10) Inquérito Civil nº 06.2019.00001213-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elemar Horst - Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na Fazenda Santa Virginia, em área arrendada por Elemar Horts, bem como compensar danos ambientais porventura ocorridos. **Advogada: Nina Negri Scheider, OAB/MS nº 10.286.** **11) Inquérito Civil nº 06.2019.00001234-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Maury Rodrigues da Costa - ME - Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução do Contrato Administrativo nº 053/2019, celebrado entre o Município de Aparecida do Taboado e a empresa Maury Rodrigues da Costa - ME. **12) Inquérito Civil nº 06.2019.00001786-5** - Promotoria de Justiça DO Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Valdeir Aparecido Zanin - Assunto: Apurar informações sobre o desmatamento, possivelmente ilegal, de 3,37 ha, denominado ID 691 no arquivo digital, ocorrido em Inocência/MS. Programa DNA Ambiental (2016-2017). **13) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001790-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edevair Aparecido General - Assunto: Apurar eventual degradação de 0,79 hectares de Área de Preservação Permanente. **14) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000005-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Ribas do Rio Pardo e Paulo César Lima Silveira - Assunto: Apurar eventual ilegalidade atinente a falta de pagamento dos planos de saúde dos servidores públicos do município de Ribas do Rio Pardo, apesar do desconto em folha destes efetuado mensalmente. **15) Inquérito Civil nº 06.2020.00000054-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no âmbito do Contrato nº 91/2013, firmado entre o município de Pedro Gomes/MS e a construtora Project Tecnologia de Construção Ltda. para construção do Ginásio de Esportes da Vila Marcelino. **16) Inquérito Civil nº**



06.2020.00000296-1 - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Auto Posto Brasil Ivinhema/MS, João Victor Cauz dos Santos (Hookah Prime Tabacaria), Lanchonete Quiosque e o município de Ivinhema - Assunto: Apurar eventuais irregularidades administrativas dos estabelecimentos denominados Auto Posto Brasil, Hookah Prime Lounge e Tabacaria, Lanchonete Quiosque por infringir o Código de posturas Municipais de Ivinhema e fomentar a contravenção penal de perturbação ao sossego, bem como a omissão no exercício do poder de polícia administrativa pelo município de Ivinhema. **17) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000513-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar e acompanhar as vendas de produtos essenciais ao consumidor para se coibir prática abusiva. **18) Inquérito Civil nº 06.2020.00000782-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pedro Dias Pedroso Filho - Assunto: Apurar desmatamento de 29,58 hectares em área de Savana com floresta de galeria, na Fazenda Santo Antônio, em Pedro Gomes, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 563/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2016-2017). **19) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000951-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Nayara de Oliveira Pereira - Assunto: Apurar eventual ocorrência de atos de improbidade administrativa decorrentes da utilização do gabinete de Vereadora da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo para fins particulares. **Advogado: João Alfredo Danieze, OAB/MS nº 5572-B.** **20) Inquérito Civil nº 06.2020.00000958-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerentes: Ministério Público Estadual e Vilson Moraes de Jesus Lescano - Requeridos: Ana Júlia Carvalho Brito, Fernanda Carvalho Brito, Frederico Giordani Vitorasso, Ivan Keitel, Letícia de Carvalho Teoli Vitorasso, Lucas Alexandre Vieira de Brito, Mirian de Carvalho e Valter Brito da Silva - Assunto: Apurar a degradação ambiental, intervenção em área de preservação permanente e a regularidade jurídico-ambiental das obras e atividades no imóvel de matrícula 24.544, CRI de Amambai (Relatório de Vistoria nº 011/2ºGPMA/2020, da Polícia Militar Ambiental, e Notificação 57/2020, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAI). **21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001496-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ramona Flores - Assunto: Apurar desmatamento de 1,79 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Flores, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 132/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Flores. **22) Inquérito Civil nº 06.2020.00000018-5** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul - CASSEMS - Assunto: Apurar eventual quebra de contrato pela CASSEMS com o PRONTOMED, fator que poderia acarretar prejuízo aos consumidores em tratamento. **Advogado: Cleber Tejada de Almeida, OAB/MS nº 8.931.** **23) Inquérito Civil nº 06.2019.00000410-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roberto Ciciliati Troncon - Assunto: apurar irregularidade no armazenamento de agrotóxico na Fazenda Vale do Prata, decorrente do auto de infração do N. 9138410-E, do IBAMA. **Advogados: Sérgio Silva Muritiba, OAB/MS nº 8.423 e Carla Guedes Cafure, OAB/MS nº 12.060 (Muritiba & Niutom Jr Advogados Associados).** **24) Inquérito Civil nº 06.2019.00000801-1 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo. **25) Inquérito Civil nº 06.2018.00003646-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requeridos: Mardin Agropecuária e Participações Ltda., fazenda São Cristóvão - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais nas Fazenda São Cristóvão e Mardin, localizadas no município de Bodoquena/MS. **26) Inquérito Civil nº 06.2018.00002063-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jean Clayson Martins - Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento ilegal no imóvel rural denominado fazenda Serrinha Parte II. **27) Inquérito Civil nº 06.2018.00003400-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Leonice Aparecida Pitteri Pinto - Assunto: Apurar danos ambientais causados pela atividade agrícola na Fazenda Anhumas, consistentes na aplicação de agrotóxicos em áreas de proteção permanente, e, por consequência, contaminado os recursos hídricos da região.

Campo Grande, 4 de setembro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/2437/2020

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RENTAL LOCADORA DE BENS E VEÍCULOS LTDA**, representada por **Mauro Luiz Barbosa Dodero**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Prestação de serviço de locação de 1 (um) veículo blindado, pelo período de quatro meses, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000373, de 03.09.2020.

Vigência: 03.09.2020 a 03.02.2021.

Data da assinatura: 3 de setembro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2020 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.220 DE 8 DE JUNHO DE 2020 (PÁGINA 27) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0329/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CS BRASIL FROTAS LTDA.**, representada por **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e Fábio Albuquerque Marques Velloso**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de veículos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------------------|----------------------|
| 3 | Locação de veículo de passageiros sem motorista, modelo sedã médio, com ar condicionado, movido à gasolina ou álcool, potência mínima de 1.4 cc, capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul). Total estimado de veículos a serem locados pelo período de 12 (doze) meses: 2 unidades. Marca: HYUNDAI – MODELO: HB20S VISION 1.6. | Serviço Mensal | 24 | 1.533,18 |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 28 de maio de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****MIRANDA****EDITAL Nº 017/2020**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00003646-9, firmado em prol do meio ambiente, na data de 04.03.2020, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário MAURO CHRISTIANINI, brasileiro, empresário, portador do RG nº 3.180.276-8 SSP/PR, inscrito no CPF nº 041.519.158-00, VINICIUS ARAÚJO DOS SANTOS CHRISTIANINI, brasileiro, portador do RG nº 1458183 SSP/MS, portador do CPF nº 017.669.721-79 e MAURO CHRISTIANINI JÚNIOR, portador do RG nº 435019338 SSP/SP, inscrito no CPF nº 350.113.768-00, todos residentes e domiciliados na Rua Antônio de Souza Marcondes, nº 2150, Centro, em Maracaju-MS,

Objeto do TAC: Os compromissários comprometem-se, dentre outras condições, a regularizar a área de reserva legal; apresentar PRADA, relativo a Fazenda São Critóvão e indenizar os danos ambientais em favor do CEIPPAM-Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental da UCDB.

A íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> ou mediante solicitação escrita na sede da Promotoria de Justiça.

Miranda/MS, 04 de setembro de 2020.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**DEODÁPOLIS****EDITAL Nº 0037/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 09.2020.00002666-4.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00002666-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Hospital Municipal Cristo Rei de Deodápolis/MS.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a resolução dos problemas apontados pelo Relatório Técnico de Inspeção nº 08/2020 realizado no HMCR pela Vigilância Sanitária do Município de Deodápolis.

Deodápolis/MS, 3 de setembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0038/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00002469-9.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00002469-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP, Segab - Secretaria de Apoio ao Procurador Geral de Justiça.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Promover, na Comarca de Deodápolis/MS, a campanha denominada "Sinal vermelho contra a violência doméstica" de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Deodápolis/MS, 3 de setembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0039/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00002464-4.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002464-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Poder Judiciário da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a regularização e o aprimoramento do sistema de gestão e controle dos requerimentos, da concessão e do pagamento das férias dos servidores públicos da Prefeitura de Deodápolis/MS..

Deodápolis/MS, 3 de setembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0040/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00002628-6.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00002628-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da Lei Estadual nº 3.924/2010 nas redes pública e particular de ensino do Município de Deodápolis/MS, a fim de se garantir que as metas de cobertura de vacinas estabelecidas pelo Ministério da Saúde sejam atingidas.

Deodápolis/MS, 3 de setembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0041/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00002785-2.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00002785-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CAOMA - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar as ações do Município de Deodápolis voltadas à garantia da universalização dos serviços de esgotamento sanitário em conformidade com a Lei nº 11.445/2007.

Deodápolis/MS, 3 de setembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.